

Ensino básico, caminho para melhorar a empregabilidade

» ACEDRIANA VOGEL

Pedagoga e diretora pedagógica do Sistema de Ensino Aprende Brasil

Muito além de ser apenas um percurso para a construção de conhecimento, a educação básica se apresenta como uma mola para o desenvolvimento integral do indivíduo e o transforma em um cidadão consciente de seus direitos e deveres. É na escola que tudo começa, onde crianças e jovens são incentivados a desenvolver o pensamento crítico e a trabalhar na construção de uma identidade saudável e digna de operar no mundo em constante transformação. Não se trata apenas de cumprir etapas ou obter diplomas; a educação básica, especialmente em países em desenvolvimento, como o Brasil, desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade mais igualitária e na criação de oportunidades para todos.

A escola de ensino básico é o espaço privilegiado, no qual crianças e jovens conseguem desenvolver habilidades e competências fundamentais para suas vidas. É inegável a importância da interação entre professores e alunos no processo de desenvolvimento humano. Por isso, alcançamos nosso máximo potencial quando estamos envolvidos em um projeto pedagógico, com professores que investem e acreditam na capacidade de seus estudantes.

A educação básica também é um instrumento essencial na luta pela redução das desigualdades sociais. Recente relatório produzido e divulgado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), intitulado “Panorama da Educação 2023”, aponta que a oferta de educação de alta qualidade na primeira infância é fundamental para proporcionar a todas as crianças um início de vida equitativo. Isso se torna ainda mais crucial para aqueles alunos provenientes de meios menos privilegiados. O relatório também destaca que o ensino básico desempenha um papel fundamental ao permitir que ambos os países trabalhem, promovendo a participação das mulheres no mercado de trabalho.

Alguns números do relatório nos mostram que os menores índices de desemprego estão inexoravelmente ligados aos níveis mais elevados de escolaridade da população. Conforme evidenciado pelos dados do levantamento, nos países que compõem a OCDE, a taxa de desemprego diminui à medida que o nível de escolaridade aumenta. Entre os trabalhadores com idades entre 25 e 64 anos, a taxa de emprego é de 59% para aqueles que não concluíram o ensino secundário. Essa taxa sobe para 77% no caso daqueles que concluíram o ensino secundário. O estudo destaca que as taxas mais elevadas de conclusão do ensino secundário contribuem significativamente para a formação de uma força de trabalho mais qualificada, proporcionando melhores perspectivas de carreira e salários.

É na escola que crianças e adolescentes começam a desenvolver habilidades que atualmente são consideradas essenciais para operar neste mundo. É por meio da interação com seus



colegas — e também com os professores — que os alunos aprendem a respeitar a diversidade, compreendendo que o respeito requer conhecimento. Na escola, eles também ampliam a capacidade de trabalhar em equipe, percebendo na prática que, mesmo com perspectivas diferentes, ambas as partes podem estar corretas. É nesse ambiente que os estudantes aprimoram as suas habilidades de argumentação, confrontando crenças e opiniões diversas sobre a sociedade na qual estão inseridos, começando a compreender, desde cedo, o mundo que os rodeia.

Um país deve priorizar investimentos na educação básica de sua população, não apenas com objetivos econômicos ou para aprimorar os índices de empregabilidade. O ensino básico tem como finalidade principal não apenas desenvolver as habilidades necessárias para que os estudantes encontrem espaço no mundo do trabalho, mas também construir a cidadania que sustenta as sociedades democráticas. As escolas devem oportunizar aos seus alunos os insuamos capazes de promover, desde cedo, o exercício da cidadania, garantindo assim espaço fértil

para os valores democráticos e fortalecendo o papel ativo de todos nos rumos do país. Esse é o trabalho que visa à formação integral preconizada pela legislação brasileira e que é fundamental para que se viva uma cidadania digna. Não há cidadania sem matemática, linguagens, ciências humanas e sociais. Por todas essas razões, o ensino fundamental alicerça e impulsiona, integrando essas amplas áreas de conhecimento em prol da formação de indivíduos mais conscientes de seu papel no mundo.

Desde a primeira infância até a adolescência, existem metas de desenvolvimento e aprendizagem significativas para cada ano do ensino fundamental, alinhando oportunidades de trabalho ao potencial dos estudantes. Ao negligenciarmos o percurso educacional no ensino básico, comprometemos o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e emocionais de crianças e jovens, enfraquecendo a capacidade produtiva e inovadora na vida adulta, prejudicando a igualdade social, o aprimoramento das condições de vida da população e a construção de um futuro mais promissor para o nosso país.

Em nome do direito de defesa do advogado

» TÉCIO LINS E SILVA

Advogado, jurista, professor, ex-secretário de Justiça do Rio de Janeiro. Presidiu o Conselho Federal de Entorpecentes (Confen)

Pensei que, depois de 60 anos de militância ativa na advocacia, saberia dizer para o quê servem os advogados. Mas a falta de acesso dos advogados aos juízes sugere que não somos necessários nem bem-vindos. Dizem que foi por causa da pandemia da covid-19! Dizem. Esse pretexto continua vigente em todos os quadrantes da Justiça brasileira. Dizem também que os advogados incomodam, atrapalham, perturbam a calma do Judiciário, pois estão sempre a reivindicar que os poderes da Justiça funcionem.

É verdade que há profissionais que não honram a profissão. Também poderia, há mais faculdades de direito no Brasil do que todas somadas no mundo. Tinha até “faculdade de fim de semana”. Verdade (acho que isso acabou...). Durante a ditadura militar, de 1964 a 1985, o Brasil licenciou centenas de faculdades sem nenhuma condição pedagógica, sem biblioteca e sem professores capacitados para o ofício. Somos o produto dessa realidade. Infelizmente.

Também é verdade que há profissionais diplomados e inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sem a menor formação para exercer o ofício. É sem a menor noção do papel que representam na sociedade. Somamos mais de 1 milhão de inscritos na Ordem, fora os que não passaram no Exame da OAB ou que desistiram da profissão.

“Pagam os justos pelos pecadores”, como se diz em uma leitura equivocada da Bíblia. O fato é que os advogados que insistem em exercer o ofício como na tradição judiciária sofrem o castigo de não serem recebidos nos gabinetes dos magistrados de todos os graus. Outro dia, o jornal publicou que tem até um desembargador que vive em Portugal e só se comunica pela internet. Para falar com ele, tem que fazer uma viagem transatlântica.

Portanto, estamos aliados do processo, os juízes não recebem mais os advogados. No próprio Supremo Tribunal Federal (STF), teve um ministro que não recebia advogados, nem memoriais, que são praxe na vida forense. Seu chefe de gabinete ia logo avisando: “O ministro não recebe advogado. O ministro não recebe memorial”. No exercício da Presidência da Corte, esse ex-magistrado mandou rebaixar a tribuna dos advogados. Isso mesmo, os profissionais que desejassem fazer uso da palavra nos julgamentos não “subiam à Tribuna”. Literalmente, desciam dois degraus e tinham que falar olhando para cima para ver os olhares dos julgadores. A regra da lei, que afirma não haver hierarquia entre juízes, membros do Ministério Público e advogados, ali não se respeitava. Advogado ficava abaixo desses protagonistas da Justiça. E ninguém falou nada.

Foi no dia da posse do ministro Ricardo Lewandowsky na Presidência do Supremo Tribunal Federal, em 16/03/2006, que, em nome do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), requeri a correção dessa barbaridade. Fiz isso depois de constatar, na avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, onde estão os móveis do antigo Supremo, que a altura da tribuna e da mesa dos juízes é rigorosamente a mesma. E assim, graças ao Lewandowsky a Tribuna da Defesa voltou ao seu formato original e digno: na mesma altura da bancada dos ministros e do Ministério Público Federal (MPF).

Nossa Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) tem responsabilidades históricas na defesa de nossa profissão. E se ela não cumpre o dever aqui e acolá, façamos nós, em nome do direito de defesa e da honra do nosso ofício, com a autoridade que cada um possui no exercício de uma profissão admirável e fundamental ao Estado de Direito Democrático! Não é possível que seja tão difícil falar com os juízes, servidores públicos que devem estar acessíveis aos representantes das partes. Parece que essa gente tem horror a advogados, mas vão ter que nos aturar, em nome da Justiça!

Benefício a e-commerce internacional ameaça empregos no setor têxtil

» EDMUNDO LIMA

Diretor executivo da Associação Brasileira do Varejo Têxtil (Abvtex)

Muito eu poderia falar sobre um dos principais setores da nossa economia, que é o varejo têxtil, já que atuo há 24 anos na associação brasileira desse segmento. As empresas que a entidade representa realizam atividades de extrema relevância econômica para o país, apostam em inovação e contribuem decisivamente com a manutenção e geração de empregos — são 1,7 milhão de postos de trabalho em todas as regiões do Brasil, estruturados em milhares de empreendimentos produtivos do segmento têxtil.

Mas nesta oportunidade não quero falar exatamente sobre as características do setor que reúne grandes empresas nacionais e tem mais de 200 anos de tradição. Neste momento, precisa ser feito um debate sobre a necessidade de isonomia tributária. Com acerto, o governo federal concebeu este ano o programa “Remessa Conforme”, que busca disciplinar o comércio eletrônico via empresas cross borders, combatendo a sonegação fiscal e trazendo aspectos de compliance e melhores práticas à atuação no Brasil para empreendimentos sediados em outros países.

Considero esse programa um mecanismo de modernidade da fiscalização: emprega tecnologia e busca superar anacronismos que ocorrem com a sonegação fiscal e a “burla” à atuação da Receita Federal por meio de despacho internacional de mercadorias. Trata-se de um acerto em várias dimensões, portanto, e que também poderia cumprir com o objetivo de contribuir com os esforços

governamentais de atingimento do equilíbrio fiscal. Mas o programa sofreu uma alteração que surpreendeu todo o setor produtivo nacional – e não falo apenas do varejo têxtil.

O governo federal editou a Portaria MF nº 612/2023, que concede total isenção de imposto de importação para os sites internacionais operando dentro do Programa Remessa Conforme, para produtos com valor de até US\$ 50, ou cerca de R\$ 250. E a única contrapartida determinada pela portaria é que seja feita a cobrança de 17% de ICMS sobre as vendas dos cross borders, medida ainda em lenta implantação pelos estados e alíquota inferior à cobrada do varejo nacional.

Tal isenção abrange milhões de encomendas. O secretário da Receita Federal afirmou recentemente, por exemplo, que uma única “pessoa” (pessoa entre aspas, porque isso se trata de burla e sonegação fiscal) enviou ao país 16 milhões de pacotes. E, com a portaria, está colocada uma perda de receita à União estimada ao redor de R\$ 30 bilhões, segundo estudo do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo. Valor que representa quase metade do orçamento anual do programa Bolsa Família.

Essa medida coloca em risco efetivamente um setor decisivo da economia nacional. E quando um setor encara obstáculos graves, são milhões de empregos, economias locais por todo o país e estruturas de produção que se colocam em risco. Estamos falando de quase 2 milhões de empregos! Quando falamos em benefícios fiscais,

é preciso ter sempre em mente que seu conceito tem aderência à ideia de Justiça, capacidade contributiva e desenvolvimento econômico, como cita Ricardo Lobo Torres, em seu “Tratado de Direito Constitucional Financeiro e Tributário”. Esses aspectos não se observam quando foi implantada uma medida que, no curto prazo, coloca em risco famílias, economias locais e toda uma cadeia de produção nacional.

Trata-se também, como mencionei, de uma indústria com 200 anos de tradição. E que, por meio dos parâmetros do programa Abvtex, busca as melhores práticas produtivas, respeito a condições de trabalho dignas, ao meio ambiente e outras ações de responsabilidade social, ambiental e de governança. O setor brasileiro, posso afirmar, não teme a competição. Os empreendimentos e marcas que o compõem lidam com um cenário de desafios constantes frente a outros competidores, diante de uma carga tributária expressiva e outros, que se impõem para se produzir no nosso país.

O setor defende a livre iniciativa e a competição, tão próprias do capitalismo, mas é preciso garantir a igualdade de condições para a indústria nacional em relação às empresas cross borders. A Portaria MF 612/23, que trouxe essas mudanças a um programa que considero bastante acertado, precisa ser revista de forma urgente. Caso contrário, vamos observar, no futuro próximo, todo um segmento engatilhando demissões, fechamento de negócios e um dano enorme e irreversível ao país.